

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Universidade de massa, cultura letrada e rebaixamento institucional: uma leitura comparativa de três grandes universidades federais do Nordeste

Saulo Carneiro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15797>

Submetido em: 2026-04-10

Postado em: 2026-05-05 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Daniel Peres (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1513-4525>)

Universidade de massa, cultura letrada e rebaixamento institucional: uma leitura comparativa de três grandes universidades federais do Nordeste

Saulo Carneiro

Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia, 40210-340, Salvador, BA, Brasil
Observatório Nacional, 20921-400, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

saulocarneiro@on.br
<https://orcid.org/0000-0001-7098-383X>

Resumo

Este ensaio discute a transformação recente da universidade pública brasileira a partir de uma hipótese central: a democratização do acesso ao ensino superior, embora socialmente necessária, ocorreu em um contexto institucional e cultural que enfraqueceu parcialmente a centralidade da pesquisa, da escrita analítica e da formação intelectual intensiva como princípios organizadores da vida universitária. O argumento é desenvolvido por meio de uma leitura comparativa de três universidades federais do Nordeste — Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Ceará (UFC) — situadas, por sua vez, no interior de um sistema nacional fortemente hierarquizado pela concentração de capital científico em universidades como USP, Unicamp e UFRJ. O texto articula sociologia da ciência, história da cultura intelectual brasileira, políticas públicas de expansão universitária, reforma dos mecanismos de acesso, qualidade desigual da educação básica e transformações cognitivas ligadas à oralidade digital. Defende-se que a universidade brasileira vive hoje uma tensão estrutural entre inclusão social, extensão de funções e preservação das condições institucionais necessárias à produção de conhecimento de alto nível.

Palavras-chave: universidade brasileira; produção científica; cultura letrada; oralidade digital; políticas de inclusão.

1. Introdução

Há duas maneiras fáceis de se errar ao falar da universidade brasileira. A primeira consiste em repetir, sem mediação, o discurso oficial segundo o qual expansão do acesso, inclusão social, extensão e impacto territorial seriam, por si, sinais suficientes de êxito institucional. A segunda consiste em reagir a esse discurso com um moralismo nostálgico, como se bastasse denunciar ideologização para explicar o que aconteceu com as universidades públicas nas últimas décadas. Nenhuma dessas vias ajuda muito. A primeira romantiza. A segunda simplifica. O problema real é mais incômodo: a universidade federal brasileira foi empurrada, ao mesmo tempo, para a massificação do acesso, para a administração de déficits produzidos fora dela e para uma redefinição de missão que diminuiu a centralidade da pesquisa como princípio organizador da vida institucional.

O caso da Universidade Federal da Bahia é particularmente útil para pensar esse processo. Não porque seja um caso isolado, mas porque nela certas tendências aparecem com maior nitidez. A universidade combina grande prestígio simbólico regional, forte presença em áreas culturalmente expressivas — artes, humanidades, saúde coletiva, ciências sociais — e papel decisivo na democratização do acesso ao ensino superior na Bahia. Ao mesmo tempo, quando se desloca o olhar da retórica institucional para indicadores de estrutura científica, a imagem se torna menos confortável. A pós-graduação da UFBA é ampla e consolidada, mas a proporção de programas nos estratos mais altos da CAPES é relativamente pequena quando comparada à de universidades como UFPE e UFC, especialmente em áreas científicas e tecnológicas de alta intensidade bibliométrica.

Este artigo procura demonstrar que essa diferença não pode ser explicada por um único fator. Ela decorre da interação entre história institucional, distribuição regional de recursos, perfil da educação básica, desenho de políticas federais e transformação do ambiente cognitivo mais amplo em que a universidade opera. A tese central é que a universidade brasileira enfrenta uma tensão estrutural entre democratização do acesso, preservação da cultura letrada intensiva e adaptação a uma sociedade cada vez mais marcada por formas de comunicação próximas da oralidade.

A tese aqui defendida pode ser formulada de modo mais preciso. O argumento não é o de uma 'queda geral' e indiferenciada da universidade brasileira, nem o de que inclusão, extensão e democratização do acesso sejam em si mesmas deletérias. O ponto é outro: houve, nas últimas décadas, uma redistribuição de missão, de incentivos e de prestígio institucional que, em certos contextos, produziu custos cognitivos e científicos subestimados. E em alguns casos esses custos aparecem de forma particularmente nítida.

1.1 Nota metodológica e escopo interpretativo

Este artigo combina três planos de análise. Em primeiro lugar, mobiliza indicadores institucionais relativamente estabilizados — avaliação da pós-graduação pela CAPES, dados bibliométricos, referências a bolsas de produtividade e rankings acadêmicos — para situar comparativamente UFBA, UFPE e UFC no sistema científico brasileiro. Em segundo lugar, utiliza literatura de sociologia da ciência, sociologia da educação e história da cultura intelectual para interpretar essas diferenças à luz de processos mais longos. Em terceiro lugar, propõe uma leitura institucional dos efeitos combinados da massificação do acesso, da reconfiguração da missão universitária e da transformação do ambiente comunicacional. O texto não pretende demonstrar relações de causalidade forte entre cada variável e cada resultado; trata-se, antes, de um ensaio analítico sustentado por evidências comparativas e por hipóteses sociologicamente controladas.

Também convém explicitar que a comparação aqui proposta opera em nível institucional agregado. Ela não supõe homogeneidade interna das universidades analisadas, nem pretende reduzir departamentos, cursos ou áreas de excelência a um diagnóstico único. O que se sustenta é que, mesmo em instituições plurais e internamente desiguais, é possível identificar tendências relativamente duráveis de distribuição de capital científico, hierarquia de

missões e densidade cognitiva. O argumento, portanto, é probabilístico e estrutural, não essencialista nem monocausal.

2. Referencial teórico: campo científico, esfera pública e normas da ciência

A leitura proposta aqui combina três tradições da sociologia. A primeira é a de Pierre Bourdieu, para quem o campo científico constitui um espaço relativamente autônomo de produção simbólica no qual pesquisadores e instituições disputam capital científico, isto é, autoridade, reconhecimento e capacidade de definir os critérios legítimos da excelência acadêmica. Quanto maior a concentração de capital científico em uma instituição, maior a sua capacidade de atrair recursos, pesquisadores produtivos, estudantes de pós-graduação e visibilidade internacional. O ponto crucial é que esse capital se acumula cumulativamente: universidades fortes tendem a ficar ainda mais fortes (Bourdieu, 1988).

A segunda tradição é a de Jürgen Habermas. A universidade moderna pode ser vista como parte da infraestrutura racional da esfera pública, isto é, como um espaço institucional em que o argumento e a prova idealmente prevalecem sobre o pertencimento, a autoridade carismática e a pura performance. A universidade não se reduz à formação profissional; ela também organiza condições de debate crítico orientado por padrões de validade que, ao menos em tese, podem ser universalizados (Habermas, 1989).

A terceira tradição é a sociologia mertoniana da ciência. Robert Merton insistiu que a produção científica depende de um conjunto de normas institucionais — universalismo, comunalismo, desinteresse e ceticismo organizado — que não surgem espontaneamente. Elas precisam ser sustentadas por instituições capazes de proteger o tempo de pesquisa, a avaliação entre pares, a circulação pública de resultados e a disciplina intelectual do dissenso. Quando a universidade desloca excessivamente seu centro de gravidade da prova para a presença, da elaboração para a exibição e do método para o alinhamento, essas normas tendem a enfraquecer-se (Merton, 1973).

3. Formação histórica da cultura intelectual brasileira

Esse problema não se deixa compreender sem uma escala histórica mais longa. A universidade moderna humboldtiana, tal como se consolidou na Europa, pressupõe a expansão de uma cultura letrada intensiva (Clark, 1998). A ciência depende da escrita não apenas como instrumento de registro, mas como tecnologia cognitiva. Walter Ong, e também Marshall McLuhan, observaram que a passagem de sociedades orais para sociedades letradas altera profundamente as formas de memória, argumentação e abstração. A leitura silenciosa, a escrita extensa e a discussão mediada por textos tornam-se condições de possibilidade para um tipo de raciocínio cumulativo que é central à ciência moderna (Ong, 1982; McLuhan, 1962).

No Brasil, a formação de uma cultura intelectual fortemente letrada sempre foi parcial e desigual. Sérgio Buarque de Holanda destacou a predominância histórica de relações pessoais e informais na organização social brasileira; Gilberto Freyre enfatizou o peso da sociabilidade doméstica e da oralidade na vida cultural; Antonio Candido observou que a circulação de textos escritos permaneceu durante muito tempo restrita a grupos relativamente

pequenos. Nenhum desses autores pretendia reduzir a sociedade brasileira a um simples déficit cultural, mas todos apontavam para a precariedade histórica da universalização das práticas letradas de alta intensidade (Holanda, 1995; Freyre, 2000; Candido, 1989).

Esse pano de fundo ajuda a entender por que a universidade brasileira se desenvolveu de modo tão desigual e por que a produção científica se concentrou em alguns poucos polos. A ciência moderna não floresce apenas onde há inteligência individual; ela exige rotinas de leitura, escrita, formalização e institucionalização que precisam ser socialmente reproduzidas em larga escala.

4. A estrutura do sistema científico brasileiro e a desigualdade regional

A distribuição da produção científica brasileira continua fortemente concentrada em poucas universidades. A diferença de escala é eloquente, e a distância entre USP, Unicamp e UFRJ, de um lado, e as grandes federais do Nordeste, de outro, não exprime apenas diferenças de desempenho individual. Ela traduz a acumulação histórica de infraestrutura, financiamento, redes internacionais, prestígio institucional e capacidade de atrair pesquisadores de alta produtividade. A centralidade da FAPESP em São Paulo, por exemplo, não pode ser ignorada. A existência de um arranjo estável de financiamento científico estadual deu às universidades paulistas uma proteção que o sistema federal, muito mais sujeito a oscilações políticas e orçamentárias, raramente conseguiu reproduzir.

Essa assimetria ajuda a situar o problema: quando se fala em desempenho relativo, não se está comparando instituições abstratas em terreno neutro, mas histórias institucionais muito diferentes. Ainda assim, essa ressalva não resolve tudo. Mesmo entre universidades nordestinas relativamente comparáveis, há diferenças importantes de densidade científica.

5. UFBA, UFPE e UFC: crescimento comum, densidades distintas

As três universidades analisadas cresceram muito nas últimas duas décadas, mas não cresceram do mesmo modo. UFPE e UFC parecem ter conseguido preservar, ao longo do crescimento, núcleos científicos particularmente fortes em áreas como física, matemática, ciência da computação e engenharias. Isso ajuda a explicar por que, mesmo operando em condições federais parecidas, apresentam maior concentração de programas de excelência internacional. A UFBA também cresceu e possui pós-graduação consolidada, mas sua força institucional se distribui de maneira mais difusa entre áreas do conhecimento. Essa dispersão pode ser entendida como pluralidade, mas também significa menor concentração de capital científico em setores de alta visibilidade internacional.

O ponto não é negar a relevância das áreas em que a UFBA é mais forte, mas reconhecer que a hierarquia do campo científico brasileiro e internacional premia especialmente certos tipos de produção. Se uma universidade não lidera com clareza nem as áreas que o sistema valoriza mais, nem de forma incontestável aquelas em que construiu sua autoimagem, então o problema já não pode ser atribuído apenas à injustiça dos indicadores.

6. Pós-graduação, CAPES e áreas científicas estratégicas

A distribuição dos conceitos CAPES em áreas estratégicas oferece um retrato mais fino da estrutura científica das três universidades.

Tabela 1. Conceitos CAPES / avaliação quadrienal 2021

Fonte: Plataforma Sucupira.

Área	UFBA	UFPE	UFC
Física	4	7	7
Química	4	5	6
Engenharia elétrica	4	5	4
Engenharia química	4	5	7
Computação	5	7	5

Esses dados não autorizam o diagnóstico grosseiro de que a UFBA seria academicamente fraca. Ao contrário, mostram uma universidade com programas sólidos. Mas também não autorizam qualquer complacência. Nas áreas que concentram mais prestígio internacional e mais retorno em métricas de ciência, a universidade tem menos massa crítica do que algumas de suas pares regionais. Em termos bourdieusianos, há menos concentração de capital científico em zonas estratégicas do campo.

Como a distribuição de conceitos mais altos atrai bolsas, financiamento e estudantes de melhor perfil, forma-se um mecanismo cumulativo. Programas fortes tendem a produzir mais e melhor; programas medianos podem manter boa rotina acadêmica, mas com dificuldade para saltar de patamar. Isso ajuda a entender por que políticas gerais de expansão não produzem convergência automática entre universidades.

7. Bolsas de produtividade do CNPq e concentração de capital científico

A mesma lógica aparece na distribuição das bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq. Essas bolsas não são perfeitas, mas continuam sendo um dos melhores indicadores de concentração de pesquisadores reconhecidos nacionalmente. Em áreas experimentais e tecnológicas, UFPE e UFC tendem a aparecer relativamente melhor do que a UFBA. Isso sugere que suas vantagens não se resumem ao número bruto de publicações; elas incluem também redes de consagração acadêmica mais densas.

Uma comparação fina por grandes áreas exigiria a mineração integral dos microdados do CNPq por comitê de assessoramento e instituição. Ainda assim, os indicadores

institucionais publicamente disponíveis já permitem qualificar o argumento em sentido importante: a UFBA não compensa, no agregado, sua menor densidade nas áreas experimentais com uma supremacia inequívoca em bolsas nem mesmo quando se observam programas tradicionalmente associados ao Colégio de Humanidades.

O problema não é simbólico apenas. Pesquisadores com bolsa de produtividade orientam mais, captam mais, articulam melhor cooperação interinstitucional e funcionam como polos de atração para jovens cientistas. Em um campo científico fortemente hierarquizado, a distribuição desigual dessas bolsas reproduz a própria geografia da excelência.

8. A expansão universitária federal e a redefinição da missão institucional

As políticas federais implementadas desde os anos 2000 na prática alteraram profundamente a missão das universidades públicas. O REUNI ampliou vagas e acelerou a massificação do sistema; as cotas democratizaram o acesso; a curricularização da extensão e a centralidade crescente da formação de professores ampliaram o repertório de funções atribuídas à universidade. O problema não está em nenhuma dessas dimensões isoladamente. O ponto crítico é que elas passaram a reorganizar a hierarquia simbólica da instituição sem que pesquisa, escrita acadêmica, formação metodológica e sustentação material da vida científica recebessem, em contrapartida, reforço proporcional.

O sistema tratou o ingresso como prioridade central, mas foi muito menos ambicioso em letramento acadêmico, matemática básica, escrita universitária e nivelamento intelectual de larga escala. Em consequência, parte da desigualdade que deveria ter sido enfrentada no ensino básico foi transferida para dentro da universidade. O resultado não é automaticamente queda de qualidade, mas a criação de trade-offs que o discurso institucional tende a subestimar ou a moralizar, como se toda crítica aos efeitos do novo desenho equivalesse a hostilidade à democratização do acesso.

Essa mudança foi reforçada por um deslocamento simbólico. Inclusão social, extensão e impacto territorial passaram a ocupar posição cada vez mais central no vocabulário de legitimação das universidades. Todas essas dimensões podem enriquecer a missão universitária; a questão, porém, é o que acontece quando passam a disputar centralidade com pesquisa, escrita, método e formação científica cumulativa em instituições que já operam com recursos limitados e em contextos regionais de maior fragilidade escolar.

9. Escola pública, desigualdades regionais e perfil de ingresso

A força ou fragilidade de uma universidade não pode ser entendida sem olhar para a qualidade da escola básica de onde vêm seus estudantes. Aqui, a comparação entre Bahia, Pernambuco e Ceará é decisiva. O Ceará, em particular, consolidou nas últimas duas décadas uma política educacional muito mais consistente na alfabetização e no ensino fundamental.

Pernambuco, ainda que com resultados desiguais, também avançou. A Bahia melhorou, mas permaneceu em posição menos favorável em diversos indicadores de aprendizagem.

Isso não significa que o destino universitário esteja rigidamente determinado pela escola anterior. Significa, porém, que universidades que recebem contingentes maiores de estudantes com déficits de leitura longa, escrita formal e abstração matemática precisam enfrentar um desafio pedagógico muito mais duro. Se, além disso, a cultura institucional passa a valorizar menos o letramento acadêmico rigoroso, a universidade deixa de ser um lugar de ruptura cognitiva e se converte em espaço de acomodação.

Tabela 2. IDEB 2023 do ensino médio das redes estaduais: Bahia, Ceará e Pernambuco

Fonte: INEP/MEC.

Estado	IDEB 2023	Observação sintética
Bahia	3,7	Abaixo da média nacional e abaixo de PE e CE
Pernambuco	4,5	Acima da média nacional
Ceará	4,4	Acima da média nacional
Brasil	4,1	Média nacional

10. O ENEM e a mudança do regime cognitivo de seleção

A transformação do ENEM foi decisiva nesse processo. O exame não é uma simples porta de entrada neutra; ele condensa uma filosofia pedagógica. Sua ênfase em competências contextualizadas, leitura situacional e resolução narrativa de problemas alterou o regime cognitivo da seleção universitária. A crítica a esse modelo não exige rejeitar a contextualização do conhecimento em si. O problema está na hegemonia quase absoluta desse princípio e na redução correspondente do espaço reservado à abstração formal, à manipulação simbólica e ao raciocínio conceitual puro.

Quando praticamente toda questão precisa partir de um caso concreto, de um cenário social ou de uma narrativa aplicada, a abstração tende a ser tratada como pedagogicamente secundária. Isso pesa sobretudo nas áreas em que ela não é ornamento, mas condição de entrada: matemática, física, química e engenharias. O ponto, portanto, não é opor de maneira simplista “concreto” e “abstrato”, mas perguntar se o equilíbrio atual não desfavorece precisamente as competências que a universidade depois exigirá com maior intensidade.

11. Bacharelados interdisciplinares e o problema da acomodação institucional

Na UFBA, uma das reformas mais ambiciosas foi a criação dos bacharelados interdisciplinares e do sistema de ciclos. Em tese, a ideia é defensável: oferecer uma formação geral inicial e deixar a especialização para um segundo momento. O problema é que esse desenho institucional pode cumprir papéis muito distintos. Em contextos de alta exigência, ele pode ampliar repertório e dar base intelectual mais ampla. Em contextos de entrada frágil e cultura institucional pouco disciplinadora, ele pode funcionar como zona de amortecimento.

Em outras palavras, o bacharelado interdisciplinar pode acolher estudantes sem produzir a ruptura cognitiva necessária para transformá-los em sujeitos plenamente universitários. Quando isso acontece, a interdisciplinaridade degenera em baixa formalização, a flexibilidade curricular vira dispersão e a formação geral deixa de ser intensificação para se tornar suavização.

12. Extensão universitária e inflação da utilidade social

A extensão universitária tem uma versão forte e uma versão fraca. A versão forte nasce da pesquisa, retorna a ela e a testa no mundo. A versão fraca nasce da insuficiência de pesquisa e substitui elaboração por presença, método por ativismo e prova por relato. O problema das políticas recentes não está em reconhecer o valor da extensão, mas em inflá-la institucionalmente sem definir sua relação com a produção de conhecimento e formação de profissionais qualificados.

Quando a universidade passa a organizar uma parte crescente de seu prestígio em torno de impacto social difuso, ações territoriais, eventos, projetos e seminários, sem exigir que tudo isso esteja articulado a escrita rigorosa e pesquisa cumulativa, ela altera silenciosamente sua gramática. A fala sobe, o texto desce. A presença sobe, o método desce. O tema sobe, a forma enfraquece. A instituição pode continuar parecendo vibrante, mas torna-se cognitivamente menos densa.

13. Formação de professores e deslocamento da função universitária

Outro eixo importante da transformação recente foi a centralidade crescente da formação de professores para a educação básica. Dado o colapso histórico da escola pública, a ênfase tem forte legitimidade política e moral. No entanto, ela também altera o equilíbrio da universidade. Uma instituição concebida historicamente para formar profissionais altamente especializados e produzir ciência passa a acumular, de forma cada vez mais intensa, a tarefa de corrigir falhas estruturais do ensino anterior.

Isso é especialmente delicado quando não existe diferenciação institucional clara entre universidades fortemente voltadas à pesquisa e universidades voltadas predominantemente ao ensino. O resultado é um sistema em que todas são chamadas a fazer tudo: incluir, formar professores, fazer extensão, atender demandas territoriais, competir internacionalmente e ainda

sustentar ciência de ponta. Em ambientes desiguais, essa multiplicação de funções tende a produzir dispersão. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

14. Cultura intelectual brasileira e cultura intelectual baiana

A hipótese de que a UFBA reflete, em alguma medida, traços da cultura baiana precisa ser tratada sem caricatura. O argumento mais defensável não é o de uma simples causalidade cultural entre oralidade social e fragilidade universitária, mas o de uma interação histórica entre tradição intelectual regional, escolarização desigual e configuração institucional da universidade. Salvador desenvolveu forte capital simbólico em áreas artísticas, interpretativas e de mediação cultural, o que constitui riqueza real, não déficit. A questão sociologicamente relevante é se, em contexto de expansão do acesso e fragilidade persistente da educação básica, a universidade tem conseguido funcionar como instância de intensificação do letramento formal e da abstração metodológica, ou se tem absorvido em excesso os padrões cognitivos do meio em vez de tensioná-los.

A universidade, em contextos assim, deveria funcionar precisamente como contrapeso: um polo de escrita, método, prova e formalização. O risco institucional não está em reconhecer a cultura do meio em que ela se insere, mas em deixar de produzir a ruptura cognitiva que justifica sua existência como instituição de ensino superior. Quando isso acontece, a aproximação entre universidade e sociedade deixa de ser mediação transformadora e se torna mera ressonância.

15. Oralidade digital e nova ecologia cognitiva

O cenário se complica ainda mais quando se incorpora a transformação cultural do presente. As redes sociais não criaram o problema da universidade, mas modificaram a ecologia cognitiva na qual ela existe. A oralidade digital — rápida, imagética, emocional, performática — não elimina a escrita, mas a desloca do centro da vida pública. Leitura profunda e argumentação longa tornam-se práticas de nicho.

Para universidades com grande capital científico acumulado, essa pressão é em parte amortecida por tradição institucional, redes de pesquisa e mecanismos internos de seleção muito fortes. Em universidades mais frágeis, ou mais dispersas em missão, o efeito é mais intenso. A instituição adapta-se ao ambiente em vez de resistir a ele. Quando isso acontece, a universidade perde exatamente aquilo que a distinguia da circulação ordinária de discursos na sociedade.

Seria um erro, contudo, inferir daí uma espécie de determinismo tecnológico simples. O ambiente digital também pode ampliar acesso a bibliografia, facilitar cooperação acadêmica, multiplicar arquivos e intensificar formas específicas de escrita e circulação científica. O problema sociologicamente relevante não está na técnica em abstrato, mas na relação entre essa ecologia comunicacional e instituições que já chegam a ela com maior ou menor capacidade de impor ritmos de leitura, padrões de prova e rotinas de estudo prolongado.

Em outras palavras, a oralidade digital não destrói automaticamente a cultura letrada; ela cobra da universidade, com mais força do que antes, mecanismos conscientes de proteção e reprodução dessa cultura.

16. Discussão: universidade de massa, dualização e erosão da cultura letrada

A combinação de expansão do acesso, escola básica desigual, ENEM contextualizado, extensão inflacionada, bacharelados interdisciplinares e oralidade digital cria uma situação estrutural nova. A universidade pública brasileira aproxima-se cada vez mais de um modelo dual, ainda que não oficialmente declarado. Alguns poucos polos conseguem permanecer fortemente orientados para pesquisa; uma faixa intermediária disputa posições e preserva núcleos científicos relevantes; e uma massa crescente de instituições passa a absorver demanda social, formar professores, fazer extensão e administrar desigualdades.

Isso lembra, na prática, antigas propostas tecnocráticas de diferenciar universidades entre "de pesquisa" e "de ensino", mesmo que o discurso político contemporâneo continue a rejeitar essa divisão. O paradoxo é que políticas formuladas em nome da democratização podem acabar produzindo, sem o dizer, uma hierarquia ainda mais dura. A elite científica continua concentrada, enquanto universidades periféricas são incumbidas de fazer quase tudo ao mesmo tempo — com menos recursos, menor tradição acumulada e maior pressão social.

16.1 Formação profissional e deslocamento da função universitária: os casos de Medicina e Engenharia

Até aqui, a ênfase recaiu sobretudo sobre a pesquisa e sobre a capacidade da universidade de reproduzir uma cultura letrada intensiva. Mas a questão não se esgota aí. A universidade pública também existe para formar profissionais de alto nível, e o deslocamento institucional descrito ao longo deste artigo produz efeitos importantes nesse terreno. O ponto decisivo é que a formação profissional de excelência depende, em maior ou menor grau, das mesmas condições que sustentam a boa pesquisa: disciplina intelectual, capacidade de abstração, domínio da escrita técnica, treinamento metodológico e convivência com ambientes institucionais exigentes. Quando esses elementos se enfraquecem, não apenas a pesquisa perde densidade; a própria formação profissional tende a mudar de padrão.

Em Medicina, o efeito é ambíguo. O curso preserva certa proteção institucional porque continua sendo altamente competitivo, socialmente prestigiado e regulado por um mundo profissional no qual erros de formação custam caro. Isso funciona como freio parcial contra o rebaixamento mais acentuado. Ainda assim, o deslocamento da universidade para uma gramática mais extensionista, mais discursiva e menos fortemente centrada em pesquisa básica e escrita analítica pode produzir médicos mais adaptados à comunicação, à mediação social e à gestão do cuidado, mas menos expostos a uma cultura científica densa, à leitura crítica sistemática de evidências e à formação do médico-pesquisador. Em termos fortes: a

universidade pode continuar formando bons médicos assistenciais e, ao mesmo tempo, formar menos médicos cientificamente ambiciosos, dispostos e preparados para liderança acadêmica, investigação biomédica e inovação clínica de fronteira.

Nas engenharias, o problema tende a ser mais duro. A formação do engenheiro depende, desde muito cedo, de adesão efetiva a um regime cognitivo fortemente abstrato. Cálculo, Física, modelagem, desenho de sistemas e raciocínio formal não admitem substitutos retóricos. Quando o sistema educacional passa a premiar de modo crescente competências contextualizadas, narrativas e situacionais, e quando a universidade passa a gastar parte maior de sua energia institucional administrando déficits de base e inflando funções laterais, a consequência provável é a redução da proporção de estudantes capazes de atravessar com solidez a formação mais dura. Isso não significa que deixe de haver excelentes engenheiros; significa que a formação tende a se polarizar. Permanecem alguns estudantes muito fortes, frequentemente apoiados por trajetórias individuais extraordinárias e por poucos grupos de alta exigência, mas o nível médio da formação se torna mais vulnerável à acomodação. O risco é a passagem de uma universidade que formava engenheiros de concepção para outra que forma, em número crescente, profissionais tecnicamente funcionais, porém menos aptos a operar nas fronteiras de abstração, projeto e inovação.

Essa consequência é crucial porque desautoriza uma oposição demasiadamente confortável entre pesquisa e formação profissional. Em contextos universitários maduros, uma alimenta a outra. A erosão da centralidade da pesquisa, da escrita rigorosa e do método não afeta apenas o prestígio bibliométrico da instituição; ela altera também a qualidade do profissional que dela sai. Em outras palavras, o atual desenho institucional não ameaça somente a universidade como lugar de ciência, mas também a universidade como lugar de formação superior em sentido forte.

É precisamente aí que a questão da formação profissional deixa de ser um apêndice da discussão sobre pesquisa e passa ao seu centro. Uma universidade pode preservar algum nível de visibilidade científica em nichos especializados e, ainda assim, degradar silenciosamente a formação média dos profissionais que entrega à sociedade. No caso brasileiro, isso tem peso particular porque Medicina e Engenharia não são apenas carreiras de prestígio; são campos em que déficits de formação reverberam sobre infraestrutura, inovação, produtividade, segurança e capacidade estatal. O custo do rebaixamento cognitivo, portanto, não é apenas acadêmico: é social, econômico e institucional.

16.2 Autonomia universitária, escolha de reitores e o paradoxo democrático

Há ainda um aspecto menos discutido, mas institucionalmente decisivo, dessa transformação: a mudança no modo como a própria universidade passou a compreender sua

legitimidade interna. Nas últimas décadas, consolidou-se no Brasil uma defesa enfática da autonomia universitária diante de interferências de governantes democraticamente eleitos, sobretudo no que diz respeito à nomeação de reitores e à definição de prioridades acadêmicas. O argumento central é forte: a universidade, por sua natureza, possui expertise específica para ordenar suas próprias finalidades e, por isso, não deveria ser submetida de modo heterônomo à lógica conjuntural da política externa. O problema surge quando essa justificativa é transportada, sem mediação, para o desenho interno do processo de escolha dos dirigentes.

Se a legitimidade da autonomia repousa na especificidade da função universitária, então seria de esperar que a definição de sua liderança atribuísse peso decisivo justamente àqueles segmentos mais diretamente vinculados à preservação dessa função, isto é, à docência e à pesquisa. Quando, porém, o processo de escolha é modelado segundo uma lógica de equivalência política ampla entre docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, a própria justificativa epistemológica da autonomia se enfraquece. A universidade passa a reivindicar deferência externa em nome de sua expertise, mas relativiza internamente o peso dessa expertise no momento de escolher quem a dirige. O paradoxo é evidente: afirma-se a singularidade acadêmica da instituição diante do Estado, mas suspende-se parcialmente essa singularidade quando se trata de organizar a própria soberania interna.

Essa democratização do processo eleitoral não é irrelevante para o perfil dos dirigentes que emergem. Em instituições cuja cultura acadêmica já se deslocou parcialmente da centralidade da pesquisa para a centralidade da gestão social, da extensão e da mediação política, a eleição tende a premiar perfis com maior capacidade de articulação simbólica e agregação corporativa. Não se trata de afirmar mecanicamente que reitores eleitos em processos mais abertos sejam menos qualificados, mas de reconhecer que a lógica eleitoral amplia o valor de atributos que não coincidem necessariamente com liderança intelectual ou densidade científica. Em universidades sob forte pressão de inclusão, com múltiplos públicos internos e crescente politização da vida institucional, o dirigente academicamente mais forte nem sempre é o eleitoralmente mais viável. Nessa medida, o processo de escolha pode cristalizar o novo perfil da universidade de massa: mais representativa, mais negociadora, mais sensível a demandas difusas, mas menos propensa a ser conduzida por figuras cuja legitimidade se funda primariamente em obra acadêmica, capacidade de pesquisa e autoridade intelectual.

16.3 Duas objeções previsíveis

A primeira objeção previsível à argumentação acima é a de que rankings, bibliometria e conceitos CAPES não medem a missão universitária em sua totalidade e tendem a favorecer certas áreas do conhecimento em detrimento de outras. A objeção é correta, mas não invalida a tese. O texto não sustenta que tais indicadores esgotem o valor de uma universidade; sustenta

apenas que eles captam algo real e irrenunciável, a saber, sua capacidade de produzir conhecimento cumulativo reconhecido por comunidades científicas mais amplas. Uma universidade pública pode e deve fazer mais do que isso, mas, quando passa a fazer quase tudo menos isso, não corrige um viés de métrica: altera a sua própria natureza.

A segunda objeção é a de que inclusão social, ação afirmativa e extensão universitária não são inimigas da excelência acadêmica. Também aqui a objeção procede em princípio. O problema não está nessas políticas enquanto tais, mas na ausência de contrapesos institucionais equivalentes: nivelamento sério, cultura de escrita, defesa explícita da exigência acadêmica, financiamento estável para pesquisa e diferenciação funcional mais honesta entre missões universitárias. Em outras palavras, o argumento não é que a democratização destrói a excelência; é que, sem reconstrução concomitante das condições de exigência intelectual, a democratização pode tornar-se apenas distributiva, e não formativa.

Se isso é correto, a resposta institucional adequada não pode ser nem nostálgica nem celebratória. Ela exigiria políticas deliberadas de recomposição da exigência: programas robustos de nivelamento em leitura, escrita e matemática; tutoria acadêmica intensiva nos primeiros semestres; maior proteção do tempo de pesquisa docente; articulação mais estrita entre extensão e investigação; e diferenciação mais explícita entre funções de formação geral, formação profissional e produção científica. Sem esse tipo de reconstrução, a universidade tende a administrar democraticamente a desigualdade sem convertê-la, na mesma escala, em elevação intelectual.

16.4 Financiamento federal, pressão de escala e composição de gastos

A Figura 1 foi reconstruída a partir de fontes documentais distintas, porém convergentes. O painel da esquerda usa pontos de referência em valores reais do orçamento discricionário das universidades federais: R\$ 8,5 bilhões em 2010 e R\$ 12,8 bilhões em 2015, ambos atualizados pelo IPCA em nota da Andifes de 2023; R\$ 6,07 bilhões como valor de 2023 após a suplementação então vigente; e R\$ 7,85 bilhões como referência da PLOA de 2026 em relatório do Observatório do Conhecimento, com base no SIOP. O painel da direita recompõe um contrafactual simples, também apresentado pela Andifes: se o orçamento de 2010 fosse apenas corrigido pela inflação e pelo crescimento das matrículas de graduação até 2022, ele equivaleria a R\$ 11,3 bilhões em 2023. A utilidade analítica desse exercício é direta: ele mostra que o problema não pode ser descrito apenas como oscilação do orçamento absoluto, mas como descompasso entre escala do sistema, composição do gasto e capacidade efetiva de custeio.

Figura 1. Financiamento federal: trajetória recente e pressão de escala

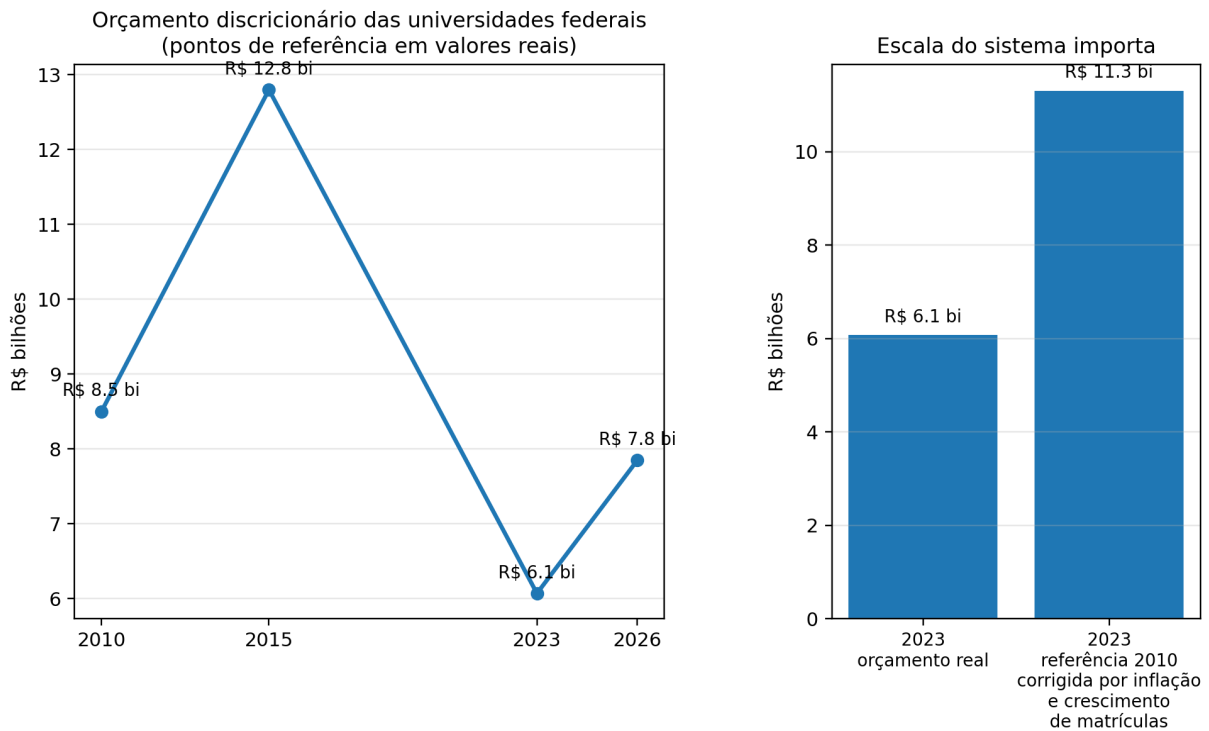


Figura 1. Pontos de referência do financiamento discricionário das universidades federais, em valores reais, e comparação entre o valor efetivo de 2023 e a referência de 2010 corrigida por inflação e crescimento de matrículas.

Essa evidência complementar ajuda a qualificar leituras excessivamente lineares sobre o financiamento. Não se trata de negar a relevância dos cortes ou bloqueios orçamentários, que foram reais e produziram efeitos severos, mas de notar que a comparação apenas nominal ou mesmo apenas real pode ocultar dois pontos decisivos. O primeiro é a mudança de escala: as universidades federais passaram a atender mais estudantes e a sustentar uma estrutura de assistência estudantil mais ampla. O segundo é a mudança da composição interna do gasto: nos relatórios recentes baseados no SIOP, o componente investimento permanece deprimido, enquanto o custeio corrente absorve quase toda a margem restante. Em outras palavras, mesmo quando o orçamento agregado deixa de cair ou volta a crescer modestamente, isso não significa recomposição automática da capacidade acadêmica, sobretudo da capacidade de renovar laboratórios, equipamentos, bibliotecas, infraestrutura e condições materiais da pesquisa.

16.5 Trajetórias relativas em rankings internacionais e limites da hipótese orçamentária

A Figura 2 recompõe as trajetórias de UFBA, UFPE e UFC no CWUR entre 2017 e 2025, a partir das páginas anuais oficiais desse importante ranking internacional. O sentido

analítico do gráfico não é atribuir ao CWUR o estatuto de medida exaustiva da qualidade universitária, mas usá-lo como termômetro comparativo relativamente estável de desempenho científico e reputacional no plano internacional. Como a escala do eixo vertical é invertida, posições mais altas no gráfico correspondem a melhores colocações no ranking. O que o conjunto sugere é que, embora as três universidades tenham estado submetidas ao mesmo macroambiente fiscal federal, suas trajetórias relativas não foram idênticas: a UFPE manteve-se de forma mais consistente à frente; a UFC oscilou, mas em geral também permaneceu acima da UFBA; enquanto esta última combinou breves melhoras com um patamar mais baixo e mais errático.

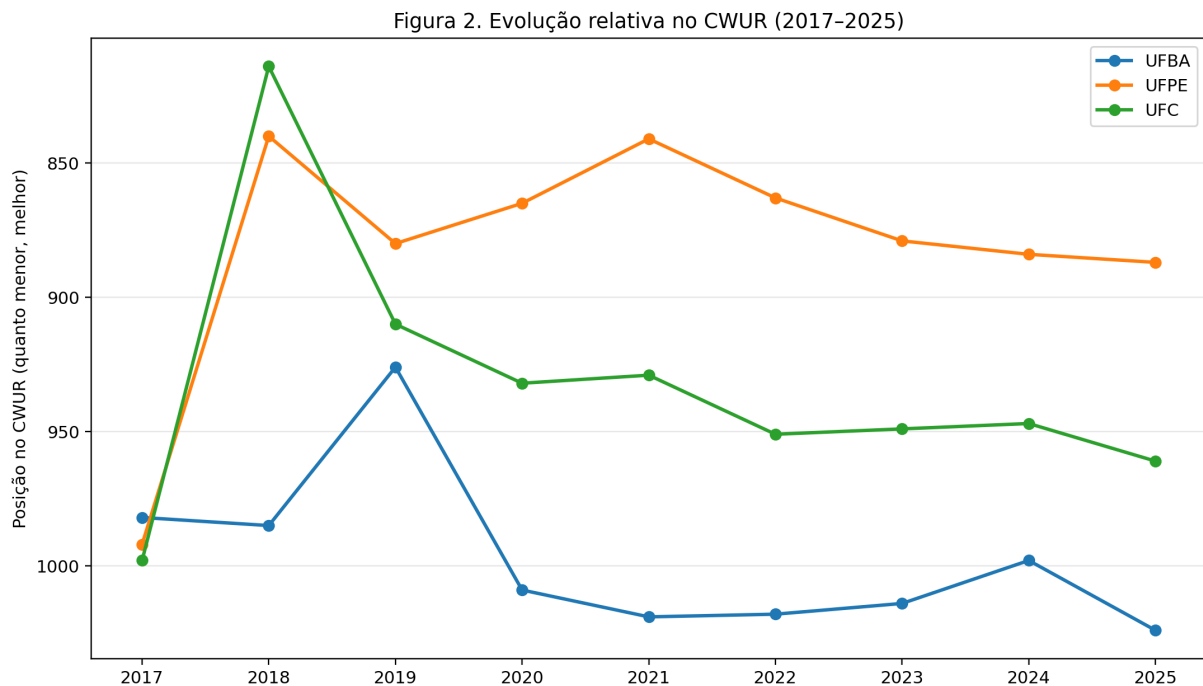


Figura 2. Evolução comparada das posições de UFBA, UFPE e UFC no CWUR entre 2017 e 2025. Valores menores indicam melhor colocação.

Nota: optou-se pelo CWUR, e não pelo QS World University Ranking, por exemplo, porque o CWUR oferece para essas universidades uma série anual pública com posições numéricas explícitas e comparáveis, enquanto o QS frequentemente trabalha com faixas (bands) nas posições mais baixas. O QS permanece útil como confirmação de status global — e de fato o confirma —, mas menos adequado para uma série longitudinal fina.

Essa comparação não elimina a dimensão orçamentária; ela a reinscreve em um quadro mais complexo. Se instituições submetidas ao mesmo regime fiscal e ao mesmo desenho geral de políticas federais preservam desempenhos relativamente distintos, então o orçamento é parte da explicação, mas não a explicação inteira. Entram em cena, com mais nitidez, a

densidade dos programas de pós-graduação, a concentração de bolsistas de produtividade, a capacidade de proteger núcleos de pesquisa mais internacionalizados, o desenho interno das prioridades institucionais e, em plano mais amplo, a interação entre universidade, qualidade do sistema escolar regional e ambiente cultural de produção intelectual. Em síntese, o gráfico reforça um ponto central deste artigo: uma fragilização relativa não pode ser atribuída apenas à evolução do financiamento, embora tampouco possa ser compreendida sem ela.

17. Conclusão

Os casos aqui discutidos mostram com clareza que a questão universitária brasileira não pode ser reduzida à oposição caricatural entre elitismo e inclusão. A expansão do acesso foi necessária. O erro esteve em imaginar que ela poderia ser bem-sucedida sem uma política igualmente robusta de elevação cognitiva e proteção da pesquisa. A universidade de massa não precisa ser, por definição, uma universidade rebaixada. Alguns bons exemplos na Argentina e México assim o demonstram. Mas, para não sê-lo, precisa recusar a confusão entre democratização e desintensificação.

Isso implica recusar duas ilusões simétricas: a de que a inclusão basta por si e a de que a excelência se preserva espontaneamente por tradição. Em sistemas desiguais, a exigência intelectual precisa ser socialmente reconstruída. Não se trata de restaurar uma universidade seletiva no sentido excludente, mas de universalizar, em nova escala, as condições de acesso a práticas exigentes de leitura, escrita, abstração e pesquisa.

Se a universidade pretende seguir sendo lugar de produção científica, precisa recolocar a escrita, o método, a abstração e a disciplina intelectual no centro de sua autodefinição. Se não o fizer, continuará se expandindo socialmente enquanto se estreita intelectualmente. E o país terá conseguido incluir mais gente na universidade sem universalizar aquilo que a universidade tinha de melhor a oferecer: a entrada rigorosa, cumulativa e exigente em um mundo regido menos pela performance do que pela prova.

Em sua forma mais concentrada, o problema talvez possa ser enunciado assim: a universidade brasileira não se enfraquece por ter se democratizado, mas por ter se democratizado sem reconstruir, na mesma escala, as condições de exigência intelectual que fariam dessa democratização uma experiência substantiva de elevação e não apenas de redistribuição de acesso.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.
- CLARK, Burton R. *Creating entrepreneurial universities: organizational pathways of transformation*. Oxford: Pergamon, 1998.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HABERMAS, Jürgen. The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

McLUHAN, Marshall. The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man. Toronto: University of Toronto Press, 1962.

MERTON, Robert K. The sociology of science: theoretical and empirical investigations. Chicago: University of Chicago Press, 1973.

ONG, Walter J. Orality and literacy: the technologizing of the word. London: Routledge, 1982.

Sites consultados

CAPES. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>.

CNPq. Bolsa de Produtividade: resultado final, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/bolsa-de-produtividade-resultado-final>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resultados do IDEB 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/ideb/apresentacao_ideb_2023.pdf.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). Ofício ANDIFES 201/2023. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2023/09/ofand201-2023.pdf>.

OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO. Balanço anual do Orçamento do Conhecimento: PLOA 2026. Disponível em: https://adufrj.org.br/images/ObC_Relatrio_PLOA_2026.pdf.

CENTER FOR WORLD UNIVERSITY RANKINGS (CWUR). CWUR, 2026. Disponível em: <https://cwur.org>.

Conflito de interesses

O autor declara a inexistência de conflito de interesses relacionado ao presente manuscrito.

Disponibilidade de dados

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito.

Title

Mass Higher Education, Literate Culture, and Institutional Decline: A Comparative Reading of Three Major Federal Universities in North-Eastern Brazil

Abstract

This essay examines the recent transformation of the Brazilian public university on the basis of a central hypothesis: the democratisation of access to higher education, although socially necessary, took place within an institutional and cultural context that partially weakened the centrality of research, analytical writing, and intensive intellectual formation as organising principles of university life. The argument is developed through a comparative reading of three federal universities in North-Eastern Brazil — the Federal University of Bahia (UFBA), the Federal University of Pernambuco (UFPE), and the Federal University of Ceará (UFC) — themselves situated within a national system strongly hierarchised by the concentration of scientific capital in universities such as USP, Unicamp, and UFRJ. The text brings together the sociology of science, the history of Brazilian intellectual culture, public policies for university expansion, reforms to access mechanisms, the unequal quality of basic education, and cognitive transformations linked to digital orality. It argues that the Brazilian university is currently experiencing a structural tension between social inclusion, the expansion of its functions, and the preservation of the institutional conditions necessary for the production of high-level knowledge.

Key words

Brazilian university; scientific production; literate culture; digital orality; inclusion policies.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.